

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

REGINA MARIA CARDOSO

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO POVO NEGRO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE  
PORTO ALEGRE**

**Como ocorre a participação nesses espaços?**

PORTO ALEGRE

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
REGINA MARIA CARDOSO

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO POVO NEGRO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE  
PORTO ALEGRE**

**Como ocorre a participação nesses espaços?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial pra a obtenção do título de bacharela em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Orientadora:** Professora Dra. Luciana Leite Lima

Porto Alegre

2015

REGINA MARIA CARDOSO

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO POVO NEGRO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE  
PORTO ALEGRE**

**Como ocorre a participação nesses espaços?**

Trabalho de Conclusão da apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**BANCA EXAMINADORA:**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Luciana Leite Lima

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Letícia Maria Schabbach

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Vanessa Marx

**RESUMO:**

O estudo aborda o tema da participação em dois conselhos de política pública no município de Porto Alegre. O Conselho Municipal dos direitos do povo negro e o Conselho Municipal dos direitos das pessoas com deficiência de Porto Alegre, espaços institucionalizados criados a partir de demandas da sociedade pelo Estado que tem como dever proporcionar a estrutura para o funcionamento destes espaços, com formato estável pouco flexível com representação do governo e da sociedade civil, com reuniões periódicas para deliberar acerca das políticas públicas, controlando também a ação do Estado.

Durante o trabalho foram abordados assuntos como democracia e os modelos da teoria democrática, os conselhos de políticas, como se dá a participação e a deliberação. Após descritos é realizada uma análise dos resultados obtidos. ]

**Palavras- chaves:** participação, conselhos municipais de políticas públicas, deliberação, controle social, representantes do governo e da sociedade civil

**ABSTRACT:**

The study addresses the issue of participation in two public policy councils in the city of Porto Alegre. The Municipal Council of the rights of black people and the Municipal Council of the rights of persons with disabilities in Porto Alegre, institutionalized spaces created from the demands of society by the state which has the duty to provide the framework for the operation of these spaces, with a stable format but flexible with representatives of government and civil society, with regular meetings to deliberate on public policy, also controlling the action of the State.

During the work they were discussed issues such as democracy and models of democratic theory, political councils, how is the participation and deliberation. An analysis of the results is performed after described.

**Key Words:** participation, municipal councils of public policy, deliberation, social control, government representatives and members of the community at large.

## **AGRADECIMENTOS:**

Primeiramente agradeço a Deus, que sempre me protege pela benção que recebi ao cursar uma faculdade como a UFRGS e principalmente pelo curso de Políticas Públicas.

Agradeço também a minha filha, Fernanda, que por todo o curso foi amiga, companheira me apoiou e incentivou nesta caminhada e a quem sou muito grata.

Agradeço em especial a professora, Doutora Luciana Leite Lima por haver aceitado a orientação do trabalho e pelos valiosos ensinamentos que me passou e que serviram para a conclusão deste.

Por fim, agradeço a todos os professores, colegas, funcionários e amigos que conheci durante o curso. E a todos aqueles que me ajudaram de alguma forma.

**SUMÁRIO:**

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. TEORIA DA PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>3. CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: QUESTÕES CONCEITUAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>4. OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTO ALEGRE .....</b>	<b>22</b>
<b>5. DESCRIÇÃO DE DADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>5.1. Conselho Municipal dos Direitos do povo negro - Cnegro .....</b>	<b>28</b>
<b>5.1.1. Funcionamento do Cnegro .....</b>	<b>29</b>
<b>5.2. Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre - Comdepa .....</b>	<b>33</b>
<b>5.2.1. Funcionamento do Comdepa .....</b>	<b>34</b>
<b>6. DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS .....</b>	<b>38</b>
<b>6.1. Conselho Municipal dos Direitos do Povo Negro .....</b>	<b>38</b>
<b>6.2. Conselho Municipal dos direitos das pessoas com deficiência de Porto Alegre - Comdepa .....</b>	<b>39</b>
<b>7. ANÁLISE DOS DADOS APRESENTADOS.....</b>	<b>41</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>

## **LISTA DE SIGLAS:**

**SEACIS:** Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social

**COMDEPA:** Conselho Municipal dos direitos das pessoas com deficiência de Porto Alegre

**CNEGRO:** Conselho Municipal dos direitos do Povo Negro

**GPN:** Gabinete do Povo Negro

**AECPARS:** Associação das entidades carnavalescas

**UNEGRO:** União de negros pela igualdade

**SMED:** Secretaria Municipal de educação

**SMS:** Secretaria Municipal da Saúde

**SMGL:** Secretaria Municipal de Governança Local

**SMAM:** Secretaria Municipal do Meio Ambiente

**FASC:** Fundação de Assistência Social e Cidadania

**CRESS:** Conselho Regional de Assistência Social

**SMT:** Secretaria Municipal dos Transportes

**SMOV:** Secretaria Municipal de Obras e Viação

**SPM:** Secretaria de Planejamento Municipal

**DEMAB:** Departamento Municipal da Habitação

**SAPN:** Secretaria Adjunta do Povo Negro

**SME:** Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

**CREFITO:** Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

**EPTC:** Empresa Brasileira de Transporte e Circulação

**PDT:** Partido Democrático Trabalhista

**PT:** Partido dos Trabalhadores

**CRVV:** Centro de referência de vítimas de violência

**SECON:** Semana de Consciência Negra

**SMACIS:** Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social

**BISA:** Balcão de informações sobre Acessibilidade

**NASF:** Núcleo de apoio à saúde da família

**ASASEPODE:** Associação dos servidores da área de segurança de portadores de deficiência

**APABB/RS:** Associação de Pais, Amigos e Pessoas com deficiência, de funcionários do Banco do Brasil e Comunidade

**RUMO NORTE:** Inclusão de pessoas com deficiência -Porto Alegre

**CAMINHADORES/RS:** Projeto que visa oportunizar á deficientes Turismo, Ecoturismo e Turismo de Aventura.

**UEB/RS:** União Escoteiros do Brasil-Rio Grande do Sul.

**PARADESPORTO/RS:** projeto que trabalha com atletas que praticam, auxiliam o esporte paraolímpico.

**CRN:** Centro de Referência do Negro

**FMCC:** Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade

**LISTA DE QUADROS:**

**QUADRO 1:**Relação dos Conselhos Municipais de Porto Alegre em 2015

**QUADRO 2:** COMPOSIÇÃO DO CNEGRO

**QUADRO 3 :** COMPOSIÇÃO DO COMDEPA

**LISTA DE FIGURAS:**

- 1- Cnegro .....
- 2 - Comdepa .....

## 1. INTRODUÇÃO:

Este trabalho tem por objetivo entender como ocorre a participação em dois conselhos de políticas públicas no município de Porto Alegre: o Conselho Municipal do Povo Negro e o Conselho Municipal dos direitos das pessoas com deficiência de Porto Alegre.

O propósito deste trabalho foi construído durante o estágio obrigatório no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em 2014, ao observar plenárias, conselheiros discutindo e deliberando sobre metas a serem atingidas e recursos. Houve oportunidade de acompanhar o credenciamento de entidades e todo o funcionamento do conselho, inclusive das comissões temáticas.

A metodologia usada consiste em descrever o funcionamento desses conselhos analisar a documentação legal, observar e analisar a participação dos atores governamentais e societários, como decidem e deliberam. Os dois conselhos foram observados durante oito encontros.

Este trabalho está dividido em sete capítulos. O primeiro refere-se à introdução e o segundo, à revisão bibliográfica sobre democracia e a teoria da participação. O terceiro faz uma retomada de questões conceituais sobre conselhos de políticas e suas características mais comuns. No capítulo seguinte trata dos conselhos municipais de Políticas Públicas em Porto Alegre, numa conjuntura histórica desde o surgimento em 1892, com a lei orgânica, que junto com o intendente decidiam as necessidades do município. Atualmente, os conselhos de políticas públicas tem outra estrutura e a quantidade deles é bem maior sendo vinte e seis com as mais diversas temáticas, decidindo políticas para a cidade e exercendo o controle sobre a ação do governo.

No capítulo cinco, há a descrição dos dados dos dois conselhos, onde são tratados a criação do conselho, temática, composição, objetivos, plenárias, eleições, atribuições presidência.

A parte seis trata da dinâmica da participação nos conselhos; onde se observa quem participa, como participa, o que decide e delibera.

O capítulo sete analisa os oito encontros e com a leitura da documentação fazendo uma pequena comparação entre os dois conselhos e analisando com as teorias da participação.

A conclusão mostra que os dois conselhos são institucionalizados, cumprem o seu papel ,tem legislação própria e estão em pleno funcionamento,

## 2. TEORIA DA PARTICIPAÇÃO

Segundo Pereira (2007,421) para analisar o desenvolvimento ocorrido durante a teoria democrática buscando criar mecanismos que favoreçam a participação política e o controle das decisões tomadas por seus representantes autores dividem a teoria da democracia em dos grandes grupos que são a corrente agregativa e a deliberativa. A corrente agregativa é centrada no voto enquanto a deliberativa, no diálogo. A teoria baseada no voto defende um modelo democrático na qual a preferência já está dadas e fixas e a corrente deliberativa busca desenvolver o processo de formação de vontade através do diálogo.

Modelo liberal representativo preponderante no século XX é a corrente teórica baseada na representação e na agregação de interesses através do sistema eleitoral.

Esta teoria está dentro da corrente agregativa, pois possui os dois elementos principais desta corrente.

- 1- preponderante participação através do voto eleitoral periódico para a escolha de seus representantes
- 2- a base para o processo de tomada de decisões ocorre através de preferências individuais.

A corrente liberal representativa liberal promove uma visão minimalista da democracia, baseada no reconhecimento da limitação da participação política.

Críticas ao modelo: A sensação de que os cidadãos não se sentem representado, abstenções nas eleições, a diminuição de trabalhadores sindicalizados e a diminuição de mobilização popular através de diferentes instituições como igrejas, associações. (Pereira, 2007, pág. 422 a 426)

### **Modelo participativo**

Este modelo pretende promover uma visão maximalista da democracia, procurando levar a ideia de participação para além do voto eleitoral periódico, buscando encontrar novos espaços institucionalizados ou não, de participação política e a busca por um maior controle das decisões estatais através da prestação de contas.

O modelo participativo surge nas décadas de 70 e 80 com três estudiosos Parterman(1970), Marcherson(1978) e Barber(1984) que lançaram as ideias básicas deste modelo.

O Modelo participativo do norte surgiu com o movimento chamado "nova esquerda", em 1960. Os autores que defendem este modelo buscavam mecanismos de participação nas decisões políticas não só em níveis locais, mas também em outros espaços além do sistema político. A proposta era conjugar espaços de participação direta com a manutenção da representação política.

A obra de Pateman questiona a ideia de que a prática democrática deve ser restringir a participação eleitoral.

Os elementos para fundamentar a sua teoria, Pateman vai buscar na releitura de teóricas clássicas como Rousseau, Mill e Cole. Elementos estes importantes como a necessidade de certo nível de igualdade econômica entre os cidadãos para que não interfira na política, a importância da participação como mecanismo de aprendizagem e aperfeiçoamento do indivíduo, reconhecimento da importância da ação política no nível local, a ideia de democratizar os espaços laborais, e de uma sociedade em que os cidadãos são livres para se associarem e tomarem decisões.

Para o autor Pateman também se enquadra na corrente agregativa, pois não coloca a deliberação como elemento determinante na formação de vontades dos indivíduos.

O mais importante na teoria de Macpherson (1978) é a necessidade do cidadão ser mais ativo e a importância da diminuição das desigualdades sociais e econômicas, que impedem que hajam mudanças. Segundo Pereira Macperherson esta na corrente agregativa, pois não discute como se constroem as preferências.

Barber(1984) define a sua teoria participativa tendo como elemento fundamental a ideia de deliberação, após os conflitos de interesse. O processo deliberativo promove mudanças de atitudes e constrói a ideia do "nós" e esta participação define o bem comum.

O processo deliberativo une as pessoas, construindo a ideia do "nós" em torno de projetos comuns, fortalecendo o sentido da comunidade; promovendo

mudanças, definindo o que seja bem comum e os processos deliberativos podem promover a transformação de preferências. Para isto, Barber propõe mecanismos de pequenas assembleias locais que complementaríamos as instituições representativas.

Barber dá mais qualidade à participação dos que os outros dois autores. É da corrente deliberativa. (Pereira, 2007, p. 427 a 433)

O modelo participativo do sul reconhece a importância das teorias de transição e da consolidação democrática para o debate sobre democracia na América Latina. São representantes deste modelo O'Donnell; Schmitter, Mainwaring, Valenzuela.

O debate sobre o modelo vai além das teorias de transição da democracia e se baseia em três pontos: a consolidação da democracia eleitoral na América Latina, insatisfação com os resultados sobre justiça social, eficácia governamental e inclusão política, e ainda a análise de experimentos de inovação democrática que vem se desenvolvendo em países do sul. Sobre estes experimentos eles demonstram que as práticas e saberes produzidos em todo o mundo são maiores do que o modelo hegemônico pode sustentar, pois elas estão para além daquelas sustentadas pela democracia representativa, sendo a democracia um conceito em aberto em constante desenvolvimento, no qual, as diversas práticas participativas possuem um papel determinante (Pereira, 2007, p. 432 e 433)

## **O modelo deliberativo**

O modelo deliberativo tem como elemento determinante o processo de formação de vontades que irá gerar as decisões coletivas. O processo é construído a partir da livre deliberação entre os indivíduos e precisam de espaços de participação direta na tomada de decisões. A participação política se dá através do diálogo entre indivíduos nos espaços públicos.

O modelo apresenta duas características: 1) a participação política deve ser pensada através do voto e dos partidos e; 2) a publicidade: Todos devem saber de tudo e entender todas as propostas.

A deliberação pública deve ser entendida como debate ou discussão como o objetivo de produzir opiniões razoáveis e bem informados.

Para o autor a teoria deliberativa tem a possibilidade de aumentar a quantidade dos espaços decisórios, com a participação dos cidadãos (Pereira, 2007, p.a 438 a 443).

Os objetivos da democracia é promover a legitimidade das decisões coletivas, encorajar a participação popular sobre assuntos públicos, promover processos de tomada de decisão dos cidadãos e agentes públicos já que todas já possíveis de erros.

### **3. CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS - Questões conceituais**

Segundo Cortês (2011,p. 138), os antecedentes mais remotos dos conselhos de Políticas Públicas são os conselhos municipais de educação criados no século XIX e na área de previdência social, os órgãos administrativos colegiados como CAIXAS e INSTITUTOS de Aposentadoria e Pensões criados na década de 20 a 30 do século XX.

Os conselhos de saúde criados pela Lei 8.142/1990, foram o paradigma para a constituição dos conselhos de políticas públicas atuais, sendo que hoje o motivo para existência dos conselhos é a transferência de recursos financeiros federais para os níveis subnacionais do governo com a condição de construir esses organismos.

Este trabalho é sobre dois conselhos de políticas públicas da atualidade.

Tatagiba (2002, p. 54) diz:

"os conselhos de política são estrutura política-institucionais permanentes criadas a partir de legislação específica tem caráter deliberativo acerca das políticas devendo criar parâmetros para essas políticas e controlar a ação do Estado."

Além dos conselhos de políticas, a autora menciona outras modalidades como os conselhos de programas temáticos, populares, administrativos e comunitários.

Os conselhos de política referem-se as políticas mais estruturadas ou concentradas em sistemas nacionais e são previstos em legislação, tendo ou não, caráter obrigatório, em atribuições legalmente estabelecidas no plano de formulação e implementação de políticas na respectiva esfera governamental, compondo as práticas de planejamento e de fiscalização das ações.

Os conselhos de programas estão vinculados a programas governamentais concretos em geral associados a ações emergenciais bem delimitadas quanto ao escopo e a sua clientela, que articulam ou acumulam funções executivas no respectivo programa. É o caso dos conselhos temáticos em geral são associados a grandes movimentos de ideias ou temas gerais que naquele município por força de algumas peculiaridades do perfil político ou social, enfatizam o tema na sua agenda, tendo como exemplo, o conselho municipal dos direitos da mulher.

Os conselhos populares são espaços criados por movimentos sociais para definir uma linha de autonomia diante do Estado e dos partidos políticos. Já os conselhos administrativos são voltados ao gerenciamento direto dos prestadores de serviço.

Os conselhos comunitários são espaços nas comunidades onde as demandas surgem.

Para a autora há diversos tipos de conselhos dos direitos da criança e do adolescente, da educação, da habitação, de segurança, do meio ambiente e outros. Quanto aos tipos de conselhos, as variações são principalmente associadas ao arcabouço institucional[1] de cada área, à cultura política, as tradições políticas de cada área e as orientações políticas/religiosas dos dirigentes municipais.

---

[1]Arcabouço institucional: Conjunto de normas legais e administrativas e de regras institucionalizadas de funcionamento de cada área da Política públicas. Cria e estabelece regras básicas que regem a dinâmica política.

A autora reconhece características comuns entre os conselhos, que são:

- Leis e normas definem quem deverá participar dos conselhos;
- \*Os conselhos fazem parte da estrutura administrativa da área da política pública, a que estão vinculados;
- O alto nível de institucionalização afeta o conteúdo da agenda e o tipo de decisão a ser tomada pelo conselho;
- Os conselhos são compostos exclusivamente por representantes do governo e da sociedade civil ( participação indireta). É estes participantes são eleitos ou indicados por organizações, associações, ONGs ou federações; os conselheiros do governo são técnicos.
- \*Tem reuniões regulares com data e local previamente escolhidos.
- \*Mesmo quando as autoridades governamentais não coordenam o fórum, eles tem forte influência sobre a formação da agenda,
- \*Na agenda dos conselhos, as questões sobre as quais estes tem poder para discutir e o seu papel institucional são moldados por regras pré-estabelecidas e pelas necessidades criadas;
- \*A agenda está permanente aberta para novas políticas, programas ou ações produzidas pelos gestores municipais.

O funcionamento do Conselho depende de alguns elementos como uma infraestrutura adequada, mas como geralmente o conselho funciona em locais que pertencem ao governo municipal dificulta uma atuação mais ativa e independente do conselho ( Côrtes,2009, p.54)

A regularidade das reuniões faz com que os participantes em menor número tenham melhores condições de argumentação( Cunha, 2007, p. 40)

Côrtes (2009, p. 165 e 166) fala sobre uma pauta e diz que ela pode ser alterada durante a reunião desde que haja concordância de todos os presentes. Para ela os diversos assim tratados parte da pauta típica. Esta pauta típica permite identificar os temas recorrentes no debate que são as questões financeiras, as questões locais e particulares, a organização dos serviços, o funcionamento do conselho e o controle social. A autora refere-se a questões financeiras como discussões sobre recursos financeiros, tais como aprovações de planos de aplicação, prestações de contas ou debates sobre orçamento das esferas do governo. As questões locais e particulares são os debates sobre serviços, necessidades ou denúncias à organização dos serviços são as discussões sobre contratação, credenciamento, convênios, suspensão de contratos, aberturas e descredenciamento de serviços. O funcionamento e o controle social refere-se aos debates relativos, a criação ou a mudança de regras na dinâmica de funcionamento do conselho, na instauração de conferências ou formas incluindo definições quanto a composição dos fóruns e a escolha de membros para representar em eventos o conselho.

Quanto o processo decisório nos conselhos, Perissinoto (2007, p. 47) faz alguns comentários sobre os instrumentos de coleta de dados, no caso as atas das reuniões do conselho. E continua dizendo que elas juntamente com as observações permitem conhecer o conselho ou funcionamento. No entanto, o próprio autor alega o uso das atas tem limites e vantagens. O limite está no fato de que elas já são registros filtrados das discussões que ocorrem nas plenárias e portanto, nem todos os dados aí estão. No entanto as atas são fontes importantes de informação.

## 4. OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTO ALEGRE

Para entender os conselhos municipais de Porto Alegre, é necessário o estudo da história política do município na fase republicana, o que vem a seguir.

No final do século XIX, o uso da expressão "conselho municipal" estava ligada diretamente a estruturação do poder executivo no âmbito local.

A Lei orgânica do Município de Porto Alegre, de 14/10/1892, no acto 1 mostra a existência de um Conselho denominado "Conselho Municipal de Porto Alegre. O artigo 6o. do mesmo acto diz:

"o governo municipal será exercido na sede do município por um intendente que dirigirá todos os serviços e por um conselho, que votará os meios de serem eles criados e mantidos."

Alguns anos depois, a Lei orgânica do Município de Porto Alegre - Lei 207 de 09/04/1928, continuava com a mesma configuração do poder municipal composto por intendente e conselho cuja composição era de nove conselheiros eleitos de quatro em quatro anos por eleição direta e mandato sem remuneração.

Em 1930, com Getúlio Vargas no poder e o Estado Novo, durante o mandato de José Loureiro da Silva (PRL) passa a ser usado novamente o termo "conselho" para representar a gestão municipal". Loureiro da Silva desde a sua posse ressalta a ideia de uma nova gestão municipal eficiente e inovadora, criando dois conselhos para atender as áreas vitais do município, a administrativa e a urbana.

Foram criados o Conselho Técnico da administração e o Conselho do Plano Diretor. O Conselho Técnico da administração foi criado em 11/11/1937 pelo acto 3 da Lei Orgânica do Município e tinha como objetivo o controle para eficiência do serviço público e era ligado ao Gabinete do Prefeito. O Conselho funcionou como órgão colegiado que reunia os representantes do primeiro escalão da gestão municipal, reunindo-se três vezes por semana com objetivo de opinar sobre

assuntos administrativos e a pauta era sobre questões financeiras, cobranças de impostos, taxas e contratação de pessoal. A sede era a antiga Câmara Municipal e o mandato dos conselheiros sem remuneração. Tinha caráter meramente consultivo e o conselheiro era especialista no assunto. Tinha a incumbência de receber e apreciar demandas da população originárias de processos administrativos.

O Conselho do Plano Diretor foi criado pela necessidade de elaborar um plano diretor para Porto Alegre que estabelecesse diretrizes urbanas a longo prazo. O conselho era vinculado diretamente ao Prefeito, mas não integrou a estrutura administrativa da Prefeitura. Os dois conselhos mostraram a necessidade de conselheiros técnicos e que conhece-se o assunto.

A Lei orgânica do Município de Porto Alegre de 3 de abril de 1948, trouxe na sua estrutura administrativa a existência do Conselho Municipal de Contribuintes e o Conselho do serviço público.

O Conselho municipal de contribuintes tinha como objetivo resolver questões entre contribuintes e a Fazenda Municipal e o operacionalizava o seu funcionamento.

Tinha sete integrantes, sendo todos funcionários públicos com capacidade funcional, especialização e cargo superior. Esta estrutura permanece até 1961, quando a composição do Conselho passou a ter dois funcionários da secretaria de administração e dois bacharéis em direito, sendo um deles procurador municipal, havendo espaço para quem não era vinculado à administração. Também é dessa época, o concurso público para preenchimento de cargo de conselheiro. E a constituição de banca que examinasse os critérios regidos que assegura-se a presença de atividades e *expert* nos temas administrativos.

O último conselho a ser criado antes da ditadura foi o Conselho Municipal da Cultura popular com previsão para propor a estruturação dos centros distritais e comunitários para instalação de núcleos de cultura popular.

Em 1971, o então prefeito Telmo Thompson Flores (ARENA) elabora lei para disciplinar os conselhos existentes. Os membros dos conselhos era escolhidos por ato do Prefeito. O Presidente do Conselho por voto secreto e a escolha era entre funcionários estável da administração, ativo ou inativo.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural foi criado em 1976, com onze integrantes. Em 1985, com a redemocratização do país, o primeiro prefeito diretamente escolhido foi Alceu de Deus Collares(PDT), que tinha como

intenção apresentar uma proposta mais ampla para os conselhos como forma de organização das comunidades pobres. A lei complementar 195 criou o sistema de Participação do Povo no governo municipal, onde toda a atividade passa a ser condenada pela secretaria do governo municipal, tendo na época 17 conselhos populares.

Com a eleição de Olívio Dutra (PT) em 1989 o governo passa a organizar reuniões dando origem ao Conselho do orçamento participativo denominado na época: Conselho Municipal do Plano de Governo e Orçamento, dando espaço à comunidade que não tivesse sua organização e representação no processo, com representantes nas 16 regiões do município (atualmente são 17 regiões).

Segundo Fachim(1998), Conselho do Orçamento Participativo era constituído por 32 conselheiros titulares e igual de suplentes - a razão de 2 titulares e de 2 suplentes para cada uma das 16 regiões do município. O objetivo do Conselho era promover reuniões para que os representantes tomem conhecimento das finanças e das projeções orçamentárias. Reuniões era desenvolvidas durante alguns meses do ano.

Atualmente os conselhos municipais de Porto Alegre são órgãos de participação direta da comunidade na Administração, tendo por finalidade, propor, fiscalizar e deliberar matérias referentes a cada setor da administração(Lei Complementar 661 - art. 2 de 07/12/2010)

Os Conselhos Municipais de Porto Alegre são regidos pelo Lei Orgânica do Município regulamentado pela Lei Complementar 267 de janeiro de 1992. Existem vinte e seis conselhos, sendo que em funcionamento são 25. O Conselho que não está em funcionamento é o conselho municipal do Turismo, criado pela Lei Complementar 447, de 10 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema municipal de turismo, a estrutura e o funcionamento de conselho e cria o fundo do Turismo.

Os Conselhos de Políticas Públicas de Porto Alegre decidiram a partir de 2009, organizar o Fórum dos Conselhos, instância com competência para encaminhar ao Executivo Municipal propostas de Políticas Públicas elaborada conjuntamente entre os conselhos. O Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade - FMCC tem como coordenador Carlos Boa Nova Neto e o senhor Rotechild Prestes, presidente do Comdepa. O Fórum foi criado em dezembro de 2010 e regulamento no ano seguinte, Há uma casa dos conselhos municipais, localizada na Avenida João Pessoa 1.100 - bairro Farroupilha em Porto Alegre recentemente aberta para

uso dos conselheiros onde podem realizar reuniões, encontros. A seguir está a relação dos conselhos municipais em funcionamento.

#### CRIAÇÃO dos Conselhos

Intendente /Prefeito	Conselho Municipal de Porto Alegre (1892)
José Loureiro da Silva (PRL) 1937 – 1943	Conselho Técnico Administrativo Conselho do Plano Diretor
Ildo Meneghetti (PSD) 1948-1951	Conselho Municipal do Servidor Público Conselho dos Contribuintes
José Loureiro da Silva	Conselho Municipal dos Transportes Coletivos
Sereno Chaise (PTB) 1964	Conselho Municipal de Cultura Popular
Telmo Thompson Flores	Conselho Municipal de Administração de Pessoal Conselho Municipal de Contribuintes Conselho do Plano Diretor Conselho dos Transportes Conselho do Turismo Conselho de saúde e bem-estar social
Guilherme Sociais Villela (Arena)	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural
Alceu Collares (PDT) 1986-1989	Conselho Municipal de Defesa do Menor Conselho Municipal de Defesa do Consumidor
Olívio Dutra (PT) 1989 – 1993	Conselho Municipal de Transporte e Circulação Conselho Municipal de Saúde e Assistência Social Conselho Municipal de Cultura e Lazer Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tributação Conselho Municipal Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano
Tarso Genro (PT) 1993-1997	Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento Conselho Municipal do Meio Ambiente Conselho Municipal da Alimentação Escolar
Raul Pont (PT)	Conselho Municipal de Cultura Conselho Municipal de

	Desenvolvimento Urbano e Ambiental Conselho Municipal dos Direitos Humanos
Tarso Genro (PT) 2001-2002	Conselho Municipal do Turismo
José Fogaça (PPS) 2005-2008	Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Comdepa)
José Fortunati (2010-2014)	Conselho Municipal do Povo Negro (Cnegro)

**Fonte:** Os Conselhos Municipais em Porto Alegre =- 1937-2008. Quem participa? Angela Quintalhinha Gomes. Porto Alegre. 2011.

**QUADRO 1- RELAÇÃO DOS VINTE E CINCO CONSELHOS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE em 2015.**

NOME	SIGLA
Conselho Municipal de Alimentação Escolar	CMAA
Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento	CAE
Conselho Municipal de Assistência Social	CMAS
Conselho Municipal de Cultura	CMC
Conselho Municipal de Desportos	CMD
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA
Conselho Municipal de Direitos Humanos	CMDH
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental	CMDUA
Conselho Municipal de Educação	CME
Conselho Municipal da Juventude	CMJ
Conselho Municipal de Saúde	CMS
Conselho Municipal dos Direitos do Povo Negro	CNEGRO
Conselho Municipal sobre drogas	COMAD
Conselho Municipal do Meio Ambiente	COMAM
Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação	COMATHAB
Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia	COMCET
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	COMDIM
Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural	COMPAHC
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Porto Alegre	COMSANS
Conselho Municipal de Transporte Urbano	COMTU
Conselho Municipal do Idoso	COMUI
Conselho Municipal dos Direitos do Consumidor	COMDECON
Conselho Municipal dos direitos da pessoa com deficiência de Porto Alegre	COMDEPA
Conselho Municipal de Justiça e Segurança	COMJUS
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação	CMFundeb

Fonte: elaboração própria- a partir de [www.prefpoa-página](http://www.prefpoa-página) da SMGL-conselhos municipais- agosto de 2015.

## **5. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO POVO NEGRO - Cnegro**

O Conselho Municipal dos direitos do povo negro foi criado na primeira gestão do prefeito José Fortunati( 2010 -2014), através da Lei 655 de 6 de dezembro de 2010\*, e o decreto número 17.110\* de 20 de junho de 2011, aprova o regimento interno do Conselho e o mais novo conselho instaurado e teve apenas dois mandatos. O conselho está situado na Rua dos Andradas, 1.643 - 5o. andar - sala 502 - Centro Histórico. E não tem sede própria.

É um órgão normativo, deliberativo e fiscalizador vinculado ao Gabinete do povo Negro, tendo como objetivo desenvolver estudos e propor medidas e ações voltadas para este povo, de forma a buscar a eliminação de preconceito, da discriminação racial e do racismo como estrutura da sociedade.

O Conselho tem representantes do poder público e da sociedade civil e é composto por plenário, diretora executiva, comissões temáticas e o Foro Municipal do Povo Negro.

O plenário é uma instância de deliberação onde se realizam as reuniões ordinárias e extraordinárias. É presidido por uma mesa diretora, com pauta anteriormente estabelecida. O total de membro com direito com direito a voz e voto é 25, sendo 12 representantes do governo e 13 da sociedade civil. Da diretoria executiva fazem parte o presidente e o vice-presidente, o secretário executivo e o tesoureiro, com mandato de dois anos, tendo como atribuições cumprir as deliberações do plenário. O Presidente do Cnegro tem como atribuições representar o conselho na instância pública ou privada, convocar e presidir reuniões, discutir e apresentar proposta de pauta, exercer o voto de desempate, propor advertência, exclusão ou substituição de conselheiro, cumprir o regimento interno.

O Foro Municipal do Povo Negro é uma instância máxima permitida de fiscalização e deliberação do Cnegro e ocorre a cada dois anos. A Comissão temática tem como atribuições: Produzir pareceres e relatórios, receber e apreciar

demandas com os devidos encaminhamentos, participar de elaboração de planos, programas e projetos. Entre as comissões temáticas do Cnegro estão a Comissão de Educação, Comissão de Religiosidade de Matriz Africana a Comissão de Comunicação e Cultura, a Comissão de Demandas Sociais e Direitos, a Comissão de Saúde e Ambiente e a Comissão do Quilombo. A Comissão de Comunicação e Cultura é temporária constituída uma vez por ano para a preparação da Semana de Consciência Negra. No momento não há comissões em funcionamento. Durante 2014, houve uma capacitação para os conselheiros com oficinas de 26 de abril até 28 de junho.

Em 2014, o Cnegro teve uma das suas reivindicações atendidas pelo governo municipal que foi uma casa na Avenida Ipiranga, próxima a FASC para a instalação do CRN ( Centro de Referência do Negro) que atualmente está em reformas

A seguir é examinada a dinâmica de funcionamento do Conselho.

### **5.1..1 Funcionamento do Cnegro**

As reuniões ordinárias ocorrem uma vez por mês sempre na terceira quinta-feira do mês. A reunião ordinária será convocada durante o desenvolvimento da reunião em curso, por correio eletrônico, telefonema ou por escrito, resguardada antecedência mínima de sete dias úteis. O quórum para instalação das reuniões ordinárias e extraordinárias será de maioria absoluta dos membros, exceto para alterações regimentais. Não havendo quórum para a instalação da sessão em primeira chamada será realizada a segunda chamada, observado o prazo de 15 minutos de tolerância, iniciando-se a sessão com os conselheiros presentes, com a notificação dos ausentes para os fins de direito.

As reuniões extraordinárias podem ser convocadas sempre que necessário pelo Presidente ou por solicitação de 2/3 dos membros do Conselho. A reunião encerra-se quando todos os pontos da pauta tiverem sido abordados ou quando acabar o tempo de duração que é de duas horas.

A pauta é determinada pela mesa diretora, podendo receber sugestões de membros do conselho, no entanto, pode ser alterada durante a plenária incluindo ou excluindo assuntos com o consentimento da mesa diretora e dos presentes.

A Semana de Consciência Negra, em novembro, é o principal evento do Conselho, onde ocorrem palestra, oficinas, marchas, shows para o povo negro e toda a população, para o evento é escolhido um tempo que é abordado nas palestras e oficinas. Em 2014, o tema escolhido para a SECON foi o extermínio do jovem negro, assunto atual que tem preocupado o Povo Negro. A Semana teve abertura na Câmara de Vereadores e após foi feita uma Marcha pelo Centro Histórico da cidade. Durante a semana, as oficinas, palestras, encontros e shows ocorrem no Largo Zumbi dos Palmares, reconhecido, inclusive, por lei municipal como local do Povo Negro.

De dois em dois anos, há renovação da Diretoria, sendo 45 dias antes do término do mandato, o GPN publica edital no Diário Oficial de Porto Alegre, para cadastramento das entidades não governamentais para o novo biênio. São 13 entidades da sociedade civil podendo se inscrever entidades legalmente constituídas que comprovem a defesa dos direitos do Povo Negro. A lista das entidades é divulgada no site da Prefeitura e as eleições ocorrem na reunião periódica do Foro Municipal do Povo Negro, em data marcada. A eleição e a instauração do Foro Municipal do Povo Negro ocorrem no mesmo local onde se realizam as plenárias.

As atas do Conselho são escritas a mão em livro próprio e a lista de presença é em separado assinada antes e depois da reunião.

No Cnegro, a condução da reunião é do presidente, mas em três delas, o plenário foi realizado pelo vice-presidente e pela Secretaria Adjunta do povo Negro.

<b>QUADRO 2 – composição do CNegro por tipo de representantes e entidade representada - 2015</b>	
<b>R E P R E S E N T A N T E S  E S T A T A I S</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 12 (doze) representantes dos seguintes órgãos:</li> <li>a) Gabinete de Políticas Públicas do Povo Negro (GNP)</li> <li>b) Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU)</li> <li>c) Secretaria Municipal de Educação (SME)</li> <li>d) Secretaria Municipal da Saúde (SMS)</li> <li>e) Secretaria Municipal da Cultura (SMC)</li> <li>f) Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMGL)</li> <li>g) Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC)</li> <li>h) Secretaria Municipal da Fazenda (SMF)</li> <li>i) Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAN)</li> <li>j) Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)</li> <li>k) Procuradoria Geral do Município (PGM)</li> <li>l) Departamento Municipal de Habitação (DEMAB)</li> </ul>
<b>R E P R E S E N T A N T E S  D A S O C. C I V I L</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 13 (treze) representantes:</li> <li>a) AECPARS</li> <li>b) Quilombo do Areal</li> <li>c) Multiétnico de Empreendedores Sociais</li> <li>d) Associação Clara Nunes</li> <li>e) Moab Caldas de Umbanda e Africanismo</li> <li>f) Associação Satélite Prontidão</li> <li>g) Themis</li> <li>h) Sindicato dos Servidores Federais do RS</li> <li>i) Mocambo</li> <li>j) UNegro</li> <li>k) IPA Metodista</li> </ul>

Fonte própria – a partir do Decreto nº 17.110/2011 – agosto de 2015

**FIGURA 1:** Charge de Maurício Pestana



\* O Cnegro procura despertar no povo negro, a consciência crítica á respeito de racismo,preconceito e racismo institucional.

## **5.2. Conselho municipal dos direitos das pessoas com deficiência de Porto Alegre - Comdepa**

O Conselho foi criado juntamente com o Fundo Municipal dos direitos das pessoas com deficiência pela Lei Complementar número 580\*, de 12 de novembro de 2007, durante a gestão do prefeito José Fogaça (2005-2008), e está vinculado à Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social - Seacis.

O Comdepa é um órgão de participação direta da sociedade civil na Administração Pública com caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador da política municipal de atendimento aos direitos das pessoas com deficiência.

O conselho está situado na Rua Siqueira Campos, 1.300 - 2o. andar - sala 205 , Centro Histórico de Porto Alegre. Não tem sede nem funcionários próprios. O objetivo principal do Conselho é a implantação, a implementação e a defesa dos direitos das pessoas consideradas deficientes.

A Lei número 580, no seu artigo 1o. define quem são consideradas pessoas com deficiência: " aquele indivíduo quem em razão de anomalias ou lesões comprovadas de natureza hereditária, congênita ou adquirida tenham suas faculdades físicas, mentais ou sensoriais comprometidas total ou parcialmente impedindo o seu desenvolvimento integral tornando-os incapacitados ou carentes de atendimento e trabalho condigno."

É de competência do Comdepa formular a política para pessoa com deficiência e entre as ações estão o exercício do controle social das políticas implementadas, a formulação das prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, o cadastramento e a fiscalização das entidades executoras das políticas de atendimento aos deficientes, o apoio e a organização da Semana Municipal da pessoa com deficiência, receber e encaminhar denúncia sobre violações de direitos, sugerir criação e implementação de programas, acompanhamento da implantação

de um sistema de informações com banco de dados sob as diversas áreas de deficiência.

O Comdepa é composto por oito membros titulares e oito suplentes representados o Poder Público e nove membros titulares e nove suplentes da sociedade civil, indicados em fórum próprio organizado pelas diversas federações.

O Decreto número 17.878, de 20 de julho de 2012, alterou a composição da sociedade civil no Conselho, regulamentando o que a Lei 661/2010 determinou.

Faz parte do Comdepa, o plenário, a Presidência, as comissões permanentes e as comissões temáticas.

Ao plenário cabe apreciar os assuntos do Conselho, deliberar sobre implementação das políticas para inclusão da pessoa com deficiência, criar e dissolver comissões, analisar o Plano de Ação Anual do Comdepa. A presidência deve presidir as reuniões, discutir, examinar, dirimir conflitos, decidir, convocar e submeter á votação as matérias a serem propostas.

São comissões permanentes, a Comissão de políticas públicas e a comissão de orçamento e finanças públicas. A comissão eleitoral é temporária e instaurada de dois em dois anos. A Comissão de Políticas Públicas tem por objetivo acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas que defendem os direitos das pessoas com deficiência, enquanto que a comissão de orçamento e finanças públicas acompanha e avalia a execução das Políticas Públicas em relação à política municipal para a inclusão dessas pessoas. Essa comissão tem uma a quatro integrantes As comissões temáticas poderão ser assessorados por profissional de áreas afins e convidados de notório saber que contribuirão para o objetivo do Conselho. Não estão em funcionamento no momento.

O funcionamento do Conselho é tratado logo a seguir.

### **5.2.1. Funcionamento do Comdepa**

As reuniões ordinárias ocorrem uma vez por mês, sempre na primeira segunda-feira, no turno da tarde às 14 horas com duas horas de duração. É criado um cronograma para todo o ano, sendo que em janeiro e fevereiro não há plenárias. Para abertura do plenário são necessários seis membros. O quórum para realização

da reunião é de metade mais um para deliberação. E é 2/3 dos membros, o quórum para alterações regimentais e para aprovação do Plano Anual do Conselho.

As deliberações do plenário podem ser na forma de resoluções, moções, pareceres e recomendações. E as resoluções serão publicadas no Diário Oficial do Município em até dez dias.

Os conselheiros do Comdepa não recebem qualquer remuneração por sua participação e serviço prestados, sendo considerados de interesse público e de relevante valor social. A pauta é determinada pela mesa diretora, podendo receber sugestões.

O principal evento anual é a Semana Municipal das pessoas com deficiência em agosto, com oficinas, debates, palestras. A XVII Semana Municipal das pessoas com deficiência de Porto Alegre, ocorreu de 21 a 28 de agosto de 2014, com o tema "Atitudes que fazem a diferença", onde houve atitudes diversas com especial atenção para o almoço inclusivo das pessoas com deficiência, o encontro de familiares e cuidadores de deficientes na Usina do Gasômetro, reunindo atletas do Paradesporto, a blitz para verificar a obediência as vagas de estacionamento para deficientes. O mais interessante foi o Primeiro Encontro Tecnológico para deficientes com parceria do Conselho Estadual e do Conselho Municipal.

As eleições do Conselho ocorrem a cada dois anos convocadas por meio de edital no Diário Oficial do Município, 90 dias do término dos mandatos. E 30 dias, antes das eleições são escolhidos os representantes da sociedade civil.

<b>QUADRO 3 – composição do COMDEPA por tipo de representantes e entidade representada - 2015</b>	
R E P R E S E N T A N T E S  E S T A T A I S	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 8 (oito) membros titulares e 8 membros suplentes das:               <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social (SEACIS)</li> <li>b) Secretaria Municipal de Educação (SME)</li> <li>c) Secretaria Municipal de Saúde (SMS)</li> <li>d) Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)</li> <li>e) Secretaria Municipal de Transportes (SMT)</li> <li>f) Secretaria de Planejamento Municipal (SPM)</li> <li>g) Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME)</li> <li>h) Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV)</li> </ol> </li> </ul>
R E P R E S E N T A N T E S  D A  S O C.  C I V I L	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes representantes das seguintes áreas:               <ol style="list-style-type: none"> <li>a) de deficientes físicos;</li> <li>b) de deficientes visuais;</li> <li>c) de deficientes autistas;</li> <li>d) de deficientes mentais;</li> <li>e) de deficientes múltiplos;</li> <li>f) do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO);</li> <li>g) Conselho Regional de Serviço Social (CRESS); E</li> <li>h) representantes da entidade de atendimento direto ou indireto do segmento das pessoas com deficiência.</li> </ol> </li> </ul>
<p>A composição dos membros do COMDEPA estabelecida na Lei de criação nº 580 de 3/11/2008, sofreu alteração incluindo a letra "i" nos representantes da sociedade civil. (Lei 661/2010)</p>	

Fonte própria – a partir da Lei Complementar 580/2007 e da Lei Complementar 661/2010 – agosto de 2015.

FIGURA 2:



## **6. DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS**

Foram usadas para analisar a dinâmica da participação dos conselhos como fonte de dados, as atas das reuniões, plenárias, listas de presenças, documentos legais de constituição desses fóruns e também a observação das reuniões.

### **6.1. Conselho Municipal dos direitos do Povo Negro**

Para analisar o conselho foram utilizadas sete atas de reuniões de 2014 e uma de 2015, das seguintes datas: 24 de abril, 22 de maio, 24 de junho, 29 de julho, 18 de setembro, 23 de outubro, 18 de dezembro de 2014; e 6 de janeiro de 2015. Foi acompanhado a reunião de 18 de setembro, 23 de outubro e 18 de dezembro. Quanto ao perfil dos conselheiros: o segmento governo é representado por funcionário das diversas da prefeitura, enquanto que da sociedade civil são cidadão que representam as entidades que defendem os direitos do povo negro. Tanto do governo como da sociedade civil, no Cnegro, os representantes possuem um grau maior de escolaridade, renda e associativismo.

Analisando dados contidos nas atas, as entidades governamentais que mais compareceram as reuniões foram: GPN - 6 comparecimentos; FASC com 5; SMC 4 e SME - 2. Compareceram menos: SMS 1; DEMAB 1; SMGL 1 e SMDH 1; e com nenhum comparecimento, a SMAN.

Da sociedade civil, os que mais compareceram nas reuniões do conselho foram Unegro com 6; Multétnico 6; Sindiserf 5; AECPASRS 3; e Mocambo 3. O que menos compareceu foi THEMIS com 2 e com nenhum comparecimento o IPA Metodista...

Houveram nos 8 encontros, 22 comparecimentos dos representantes do governo enquanto 25 estiveram da sociedade civil. Havendo uma predominância deste segmento.

Os temas mais discutidos durante as reuniões foram: o racismo em todas as suas formas, inclusive institucional, a morte prematura do jovem negro, a educação do negro ( cotas), vagas de emprego, a mídia e a mulher negra, modos de combater o racismo.

Quem mais se manifestou durante as reuniões foi o GPN e a FASC do governo e da sociedade civil a AECPARS, o Multinétnico e a Unegro.

A seguir passamos a analisar o outro conselho, o COMDEPA.

## **6.2 COMDEPA**

Foram usadas para análise seis atas de reuniões de 2014 e duas do ano de 2015, das seguintes datas: 10 de março, 7 de abril, 5 de maio, 6 de junho, 7 de julho, 13 de outubro de 2014; e de 2 de março, 6 de abril de 2015. Mais a documentação legal e a observação das plenárias.

As reuniões observadas foram de 13 de outubro de 2014 e 2 de março e 6 de abril de 2015.

O perfil dos conselheiros do governo são de mais escolaridade devido serem funcionários da Prefeitura representando a sua secretaria. Quanto a sociedade civil são cidadãos de todo e qualquer tipo de escolaridade e renda; ligados as federações das diversas áreas de deficiência. Há homens em maior número.

Analisando a participação por meio do comparecimento às reuniões - os representantes do governo que mais estiveram presentes foram: SMACIS com 8 presenças; FASC 6. Que menos compareceram: SMOV 1; SMS 1; SPM 0.

Da sociedade civil que mais comparecem foram: CRESS 8; Fredef 8; Apae 5; e os que menos estiveram presentes: FREC 1, Amars e Feneis 0.

Os representantes do governo estiveram 22 vezes reuniões enquanto que a sociedade civil compareceu 21. Houve predominância dos representantes do governo.

Os temas discutidos com frequência nas reuniões foram: Semana Municipal das pessoas com deficiência; a Blitz educativa, vaga de empregos para deficientes, o piso tátil em estabelecimento e táxis acessíveis.

Quem mais se manifestou durante as reuniões do governo foi a FASC, SMACIS e a EPTC. E da sociedade a Fredef, Apae e a Crefito. Houve manifestação, já que tem direito dos visitantes foi o Instituto Urbis, o Rumo Norte, a ONC Caminhadores/RS.

<b>CNEGRO:</b>	<b>COMDEPA</b>
é normativo, fiscalizador	é normativo e fiscalizador
capacidade de propositiva e deliberativa	Capacidade propositiva e deliberativa
escolha democrática do Presidente e diretoria	escolha democrática da presidência e diretoria
Influência dos conselheiros fora do conselho	os conselheiros tem influência fora do conselho
A participação da sociedade civil é mais afetiva do que do governo	A participação do governo é mais efetiva no conselho

## 7. ANÁLISE DOS DADOS APRESENTADOS

O Cnegro tem sua composição 12 representantes do governo e 13 da sociedade civil; e no COMDEPA, oito titulares e oito suplentes e nove titulares e nove suplentes da sociedade civil. No momento, os dois Conselhos não são mais paritários por conta da Lei 661/2010, de 7/12/2010, que estabelece esta sobre representação para que a sociedade civil tenha mais espaço nos conselhos.

Tanto o Cnegro como o Comdepa são institucionalizados, com forma estável, regido por normais legais. No Comdepa, houve recondução e no Cnegro, um novo presidente e diretoria foram eleitos. O que mostra o caráter democrático dos conselhos.

Nos dois conselhos, o Presidente é que conduz a plenária e nos dois há presença de visitantes. No Cnegro, houve visitantes nas reuniões para a Semana de Consciência Negra, onde compareceram autoridades como a Brigada Militar convidada para o evento. O Comdepa recebe sempre visitantes nas plenárias, em geral da sociedade civil ligada ao tema deficiência. As características dos conselhos é que definem quem são os beneficiários ou participantes que representam os interesses do Povo Negro enquanto que o Comdepa pertence a federações das diversas áreas de deficiência.

No Conselho Municipal dos direitos do Povo Negro, a participação da Secretária Adjunta do Povo Negro, ligada ao Gabinete do Povo Negro é marcante e decisiva no modo como são conduzidas as demandas, sendo influente não apenas no conselho, mas também fora dele na arena decisória da política. O Cnegro tem conselheiros que exercem posições de liderança fora do Conselho em outras áreas, o que possibilita a construção de articulações na defesa de direitos do povo negro. A atual presidente do Conselho Municipal da Mulher sempre foi membro do Cnegro e outro aspecto é a escolaridade dos membros do conselho, em sua maioria com curso superior.

No Conselho Municipal dos direitos das pessoas com deficiência de Porto Alegre, o Presidente também tem atuação marcante inclusive com membro do Conselho Estadual. Pelo Conselho circulam pessoas de todas as classes e escolaridade, pois são pessoas da sociedade civil indicadas pelas federações e os conselheiros do governo são funcionários públicos representando as suas secretarias.

O papel dos conselhos observados é bem claro, os dois discutem e deliberam sobre a sua temática garantindo os direitos do povo negro e das pessoas com deficiência. Os temas mais discutidos fazem parte da pauta típica dos Conselhos que segundo Côrtes (2009, p. 165 e 166), podem ser classificados em questões financeiros, questões locais e particulares, organização dos serviços e funcionamento do conselho e controle social.

Nas atas do Cnegro foram encontradas questões financeiras em 24 de abril, a preocupação com verbas para a SECON de 2014, pois o Conselho queria trazer algumas atrações nacionais. Na ata de 22 de maio, novamente o Presidente comenta sobre a dificuldade de material de divulgação para o Conselho, e em 18 de dezembro, uma conselheira fala sobre a falta de recursos e que a Prefeitura precisa ter mais atenção para a SECON. Na mesma ata há um comentário sobre as dificuldades encontradas na Semana de Consciência Negra com o local do evento, o Largo Zumbi dos Palmares, que foi dividido com a feira semanal de produtos e o projeto " Comida de Rua", o que dificultou a circulação das pessoas ( questão local e particular e que por ser momentânea deve ser solucionada nas próximas edições).

A questão do papel do funcionamento dos Conselhos está presente o tempo todo. Mesmo não tendo espaço físico próprio, recursos, os dois tem procurado dar visibilidade ao Conselho e as questões ligadas a ele. O Comdepa é muito proativo, fiscaliza obras e ações de acessibilidade e volta-se para a proposição de melhorias em questões que envolvem a mobilidade. No caso do Cnegro, a pauta está voltada para a denúncia de situações de desigualdade e preconceito.

Quanto a interface, no Cnegro, em reunião de 18 de dezembro, foi dito que há um distanciamento do Conselho municipal com o Conselho Estadual, dificultando ações conjuntas e um membro do conselho reforça a ideia que a SECON poderia ser realizada em conjunto com a Semana de Consciência do Estado, já que foram apontadas dificuldades de divulgação , de local e de recursos disponibilizados pelo poder público, sendo a temática e público a mesma para ambos os conselhos. O

Comdepa realiza a sua semana separa do conselhos da mesma política pública, do Estado, por opção mas sempre que há eventos do conselho estadual, o Presidente ou um representante comparece.

Como organização dos serviços e da política, os dois conselhos são canais para receber denúncias e os dois recebem, acolhem, orientam e encaminham o cidadão para outros órgãos. O Cnegro, em casos de denúncia, envia ao Centro de Referência de vítimas de violência (CRVV) ou ao Conselho Municipal de Direitos Humanos. O Comdepa encaminha o cidadão à Secretaria Municipal de Acessibilidade.

O Cnegro tem baseado as suas ações em evitar o racismo nas suas diversas formas procurando denunciar atos e conscientizar o Povo Negro dos seus direitos, usando como estratégia para mobilizar o povo e mostrar os resultados em palestras, encontros, a própria SECON e a página no site da prefeitura com notícias, fotos e informações para a população negra.

O Comdepa além da garantia dos direitos também visa a qualidade de vida das pessoas com deficiência e a sua inclusão na sociedade. Os eventos propostos pelo conselho resumem-se em blitz de calçadas, visitas a locais para verificar a acessibilidade, eventos para as pessoas com deficiência como shows, teatros, passeios, palestras e a Semana Municipal.

Ambos os conselhos, procuram fiscalizar o destino das verbas e no que elas são usadas ( controle social). Segundo o Presidente do Comdepa, é a SMACIS que administra o Fundo Municipal, cabendo a plenária de o Conselho decidir a aplicação dos recursos. O Cnegro também decide onde aplicar os recursos.

Os conselheiros tem influência fora do Conselho com especial atuação para a Secretária Adjunta do Povo Negro, Elizete Moretto e do Presidente do Comdepa Rothchid Prestes.

<b>CNEGRO:</b>	<b>COMDEPA:</b>
Criado pela Lei 655 de 6/12/2010. O Decreto 17.110 regulamenta o regimento interno.	Criado pela Lei 580, de 12 de novembro de 2007.
<b>Composição:</b> 12 representantes do governo 13 representantes do sociedade civil	<b>Composição:</b> Representantes do governo 8 titulares e 8 suplentes da sociedade civil são 9 titulares e 9 suplentes
<b>Temática:</b> Garantia dos direitos do Povo Negro	<b>Temática:</b> Garantia dos direitos das pessoas com deficiência
<b>Reuniões:</b> Terceira quinta-feira do mês em horário a combinar.	<b>Reuniões:</b> Primeira segunda-feira do mês, às 14h
<b>Localização:</b> Rua das Andradas, 1643 sala 502 - Centro Histórico	<b>Localização:</b> Rua Siqueira Campos, 1.300 sala 205 – Centro

## CONCLUSÃO:

O trabalho teve como objetivo analisar conselhos municipais, em especial o Conselho Municipal dos direitos do Povo Negro e o Conselho Municipal de direitos das pessoas com deficiência de Porto Alegre, com a intenção de identificar como se dá a participação nesses espaços.

Após a descrição e análise dos Conselhos, em oito encontros de cada um voltamos a problemática e aos objetivos do estudo para verificar a resposta encontrada.

Em primeiro lugar, quanto às observações podemos concluir que mesmo o CNEGRO estando vinculado ao Gabinete do Povo Negro (GPN), e com recursos escassos tem se esforçado em planejar e executar a SECON como um espaço democrático externo para dar visibilidade ao Conselho. E mantém atualizada a página da secretaria no site da Prefeitura. Outra estratégia é estar sempre visitando outros espaços para difundir o trabalho do Conselho. No final de 2014 o CNEGRO teve sua adesão ao SINAPIR (sistema nacional de igualdade racial) aceita.

O COMDEPA realiza as suas ações e utiliza como estratégia para mobilização e publicidade dos resultados obtidos ir onde o seu povo precisa estar para ver do que eles precisam instalando o Bisa em diferentes espaços da cidade, mostrando o que é o Conselho e o que tem feito, visitando lugares, instituições e outros Conselhos

Tanto o CNEGRO como o COMDEPA têm capacidade de proposição, embora na maioria das vezes apenas referendam pautas já construídas previamente. Ambos os Conselhos conduziram de maneira democrática, a mudança de mandato, escolhendo de maneira democrática seus representantes. Quanto a questão norteadora deste trabalho, podemos afirmar que no CNEGRO a sociedade civil é mais efetiva do que os representantes do governo. Tendo nos oito encontros totalizado 25 comparecimentos contra 22 de representantes do governo. No COMDEPA, a participação mais efetiva é do governo pelo motivo de que o governo esteve presente em maior número de plenárias, no entanto, a sociedade civil sempre esteve em maioria nas reuniões. Tendo 22 comparecimentos do governo contra 21 da sociedade civil. Outro aspecto, é o costume de receber visitantes da sociedade

civil, o que ajuda na divulgação dos trabalhos do conselho, mesmo só tendo direito a voz.

Para complementação do trabalho, foram utilizadas atas das plenárias, bem como outros documentos o que facilitou o conhecimento e o desenvolvimento do tema abordado.

O conselho não tem sede nem funcionários e estagiários próprios e estão vinculados a Secretaria de origem. Mesmo assim, COMDEPA e CNEGRO são estruturados, pois tem lei de criação, regimento interno, escolhem seus próprios representantes de forma democrática, e realizam plenárias mensalmente abertas ao público. Não são paritários, mas são consultivos e deliberativos. Tem temática própria e os assuntos tratados são referentes a ela.

O conselheiro tem influência fora do Conselho, com especial atenção para a Secretária Adjunta do Povo Negro, Elizete Moretto; e do Presidente do COMDEPA, Rotchild Prestes.

Os dois Conselhos têm contribuído para aproximar governo e cidadãos o que permite maior acerto no processo de tomada de decisões, ajudam na identificação mais rápida dos problemas e na construção de alternativas de ações, mostrando a transparência por parte do governo. O COMDEPA é receptivo a atores externos que visitam o Conselho e que se inserem nas discussões. No entanto novo ator tem dificuldade em ser incluído no CNEGRO, em duas oportunidades visitantes estiveram no Conselho mediante convite.

Numa plenária do CNEGRO há uma fala do Presidente preocupado com a baixa participação dos conselheiros. O dois Conselhos estão centrados no diálogo, tanto o CNEGRO como o COMDEPA mostram na sua estrutura aspectos da democracia deliberativa, quando ao discutir produzem deliberações coletivas compartilhadas por todos. Os dois elementos principais a participação e a publicidade estão presentes nos dois Conselhos No entanto mesmo havendo participação, ela ainda é muito limitada.

## REFERÊNCIAS:

ATOS, LEIS, DECRETOS e RESOLUÇÕES – V. 5 – 1939 página 121 – arquivo histórico de Porto Alegre. Moyses Velinho

BARBER, B.R. Strong Democracy participatory politics for a new age. Berkeley; University of Califórnia Press, 1984.

Conselhos Municipais de Porto Alegre - Legislação compilada (atualizada em novembro de 2011) - Porto Alegre - Câmara Municipal - 290 p.

CÔRTEZ, Soraya(org) Participação e saúde no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 2009. 290 p.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. O potencial de conselhos de políticas e orçamentos participativos para aprofundamento democrático páginas 30 a 40. In Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó. Argos. 2007. 590 páginas

DAGNINO, Evelina, TATAGIBA, Luciana ( org). Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó. Argos. 2007. 590 páginas.

Governo Municipal na América Latina – Inovações e perplexidade- Roberto Fachim. Alaim Chambat. UFRGS.1998

PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. Modelos democráticos, deliberativos e participativos - similitudes, diferenças e desafios in Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó. Argos. 2007 Páginas 421 a 443.

PERISSINOTO, Renato Monseff e Fuks, MÁRIO. Recursos, influência política e cultura cívica nos conselhos gestores de Curitiba in Democracia, sociedade e participação. páginas 47 e 48. Chapecó. Argos. 2007.

Porto Alegre, Lei Complementar número 580, de 12 de novembro de 2007, que cria o conselho Municipal dos direitos das pessoas com deficiência de Porto Alegre – Comdepa e o Fundo Municipal dos direitos das pessoas com deficiência, determina o apoio a organização da Semana Municipal das pessoas com deficiência.

Porto Alegre, Lei Orgânica do Município de Porto Alegre número 27, de 29 de dezembro de 2008. Artigo 101

Porto Alegre, Lei Complementar 655, de 6 de dezembro de 2010 – cria o Conselho Municipal dos Direitos do Povo Negro – Cnegro e de outras providências.

Porto Alegre, Lei Complementar número 661 de 7 de dezembro de 2010 – dispõe normas gerais sobre conselhos municipais, nos termos do artigo 101 da Lei orgânica do Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre este tema.

Porto Alegre, Decreto 17.110 de 20 de junho de 2011. Aprova o regimento interno do Conselho Municipal dos Direitos do Povo Negro(Cnegro)

Porto Alegre, Decreto 16.111 de 3 de novembro de 2008 – estabelece o regimento interno do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com deficiência de Porto Alegre/Comdepa.

Porto Alegre, Decreto 17.678, de 20 de julho de 2012 altera o decreto 16.116, de 3 de novembro de 2008, que estabelece o regimento interno do Conselho das Pessoas com deficiência de Porto Alegre.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. in Dagnino, Evelina(org) Sociedade Civil e Espaço Públicos no Brasil. São Paulo. Paz e terra - 2002- páginas 17 a 45.

Cortes, Soraya, in, Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação, Roberto Rocha C, Pires, volume 7, Brasília, Ipea, 2011.